

RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS

INSTITUTO AVALIAÇÃO

2016 - 2018

RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS

INSTITUTO AVALIAÇÃO

2016 - 2018



Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais
www.avaliacao.org.br

INFORMAÇÕES DA PUBLICAÇÃO

CONSULTORIA E SISTEMATIZAÇÃO

Ana Cláudia Castro

CONTEÚDO

Ana Cláudia Castro

Guilherme Abdala

Sara Poletto

Ana Carolina Hildebrand

DIAGRAMAÇÃO E ÍCONES

Ana Carolina Hildebrand

COORDENAÇÃO

Sara Poletto

FOTO DA CAPA

Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Juruti, Pará.

INSTITUTO DE AVALIAÇÃO, PESQUISA, PROGRAMAS
E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS. **Relatório de
Resultados e Impactos 2016-2018.** Brasília - DF.
Outubro 2019; 60 p.

SUMÁRIO

04	Mensagem do Presidente
06	Apresentação
07	Quem é o Instituto Avaliação?
18	Trabalhos Voluntários
21	Linha do Tempo
26	Projetos em Destaque
26	Projetos Florestais Sustentáveis
31	Estudos e Pesquisas
32	Gestão de Unidades de Conservação
38	Gestão de Resíduos
42	Territórios Sustentáveis
48	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)
56	Quem Somos

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Iniciamos este ano de 2019 consolidando, neste relatório, os resultados alcançados e o impacto social das atividades do Instituto Avaliação (IA) no período de 2016 a 2018, um exercício de avaliação e olhar para dentro da instituição, inaugurando uma nova fase de trabalho para o Instituto.

O IA é uma engrenagem composta por pessoas. São profissionais, que atuam em equipes multidisciplinares, integradas e a partir do diálogo entre os saberes, capazes de lidar de forma inovadora com questões que passam também por quesitos políticos, econômicos, antropológicos, culturais e institucionais. Isso porque trabalhamos para compor equipes plurais, o que tem nos possibilitado realizar um trabalho de ponta, feito por pessoas preparadas para lidar com estas variadas dimensões intrínsecas às questões socioambientais, que são a nossa origem e o nosso negócio.

Um exemplo de trabalho multidisciplinar e inovador em gestão de projetos realizado pelo IA é no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que tem movimentado o maior número de especialistas do Instituto Avaliação, desde 2016.

Trata-se de um trabalho de contribuição para o reequilíbrio social e ambiental da área impactada pela construção da usina de Belo Monte para o qual as equipes do Instituto Avaliação têm dedicado um trabalho árduo, mas que, para nós significa um marco de sucesso de gestão, transparência e eficiência para o histórico do projeto.

Para manter o nosso padrão de excelência neste projeto mantemos um escritório em Altamira/PA com mais de 40 profissionais que atuam na gestão, coordenação e monitoramento dos mais de 330 projetos apoiados pelo Plano. Realizamos, além do desenvolvimento de soluções tecnológicas para a gestão e controle da aplicação dos recursos um trabalho de interlocução com os diferentes atores envolvidos, como também a diversificação do conhecimento aplicado à gestão e ao monitoramento das ações dos projetos apoiados, para que fosse possível aprimorar, de forma significativa, o aproveitamento dos recursos e a interlocução com e entre os pares.

Paralelamente ao trabalho das nossas equipes nos grandes projetos, como o PDRSX, também mantemos o compromisso com as questões socioambientais não remuneradas. Continuamos atendendo a comunidade na elaboração dos

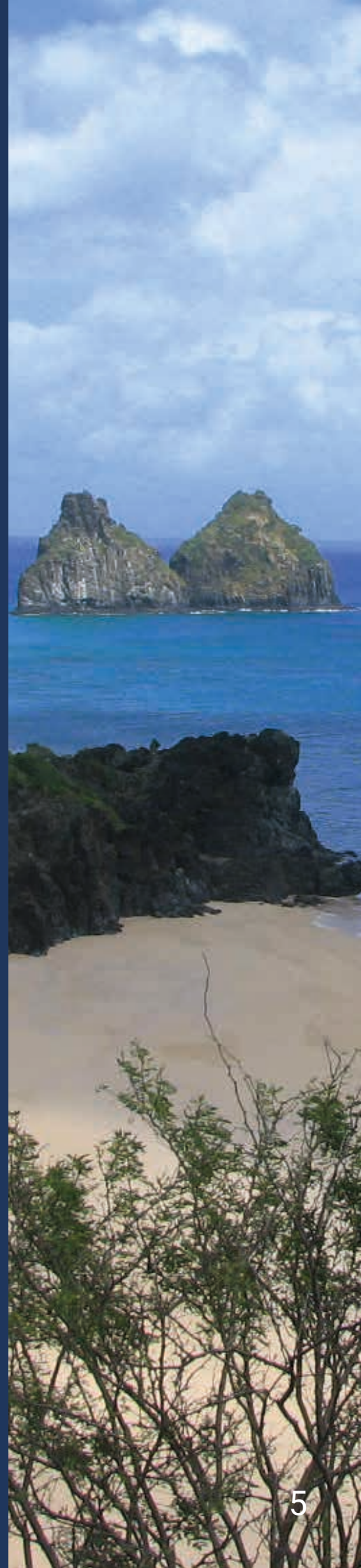
projetos de construção sustentável para centros religiosos em áreas protegidas, realizando trabalhos sobre resíduos sólidos com catadores, criamos um selo verde para escritórios de advocacia sustentáveis, prestamos assessoria jurídica em questões ambientais e, ainda, planejamos implementar um projeto de escola sustentável nestes próximos anos.

Estes últimos anos também foram muito importantes para o IA no desenvolvimento de estudos e pesquisas, como: a Convenção Minamata, os estudos de recuperação de áreas ambientais degradadas, de recuperação de nascentes, os projetos florestais sustentáveis e os planos de gestão e manejo de unidades de conservação. Trabalhos estes executados de forma transversal e interdisciplinar, o que nos permitiu oferecer soluções nas mais diversas matérias em um mesmo estudo ou pesquisa atendendo de forma multidisciplinar às organizações demandantes.

Fizemos muita coisa! Agora o IA está focado na consolidação do sonho de oferecer soluções cada dia mais inovadoras e plurais, por meio de nossas equipes técnicas de excelência. Para isso, estamos trabalhando em uma nova proposta de organização e estrutura institucional para mantermos um corpo técnico ainda mais preparado para acompanhar as mudanças e transformações que estão acontecendo no Brasil e no mundo, tanto ambientais quanto políticas, econômicas e sociais.

O nosso desafio é investir no fortalecimento do Instituto, ampliando esta rede de especialistas que compõem as nossas equipes técnicas de forma a potencializar este trabalho já muito comprometido em lidar com as questões socioambientais nas mais diversas frentes e formas de trabalho. Para isso nos manteremos sempre organizados e capazes de atender, em meio as mudanças no país e no mundo, os desafios que nos são confiados todos os dias.

Guilherme Abdala
Presidente do Instituto Avaliação



APRESENTAÇÃO

Este relatório traz, com foco nos resultados e impactos das atividades do Instituto Avaliação entre 2016-2018, um resgate descritivo sobre o Instituto, seus projetos de destaque, as ações desenvolvidas e o papel do IA para o sucesso destas iniciativas em uma visão global da instituição.



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores e acervo PDRSX, respectivamente. Maracatu em Fernando de Noronha e RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.

QUEM É O INSTITUTO AVALIAÇÃO?

O Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais (IA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), privada e sem fins lucrativos. Criado em janeiro de 2004, está preparada para atuar em projetos e iniciativas socioambientais de âmbito nacional e internacional por meio da gestão inteligente de projetos, pesquisas e programas realizados por equipes de excelência, compostas por especialistas que tem a interdisciplinaridade e o diálogo entre saberes como base de trabalho.

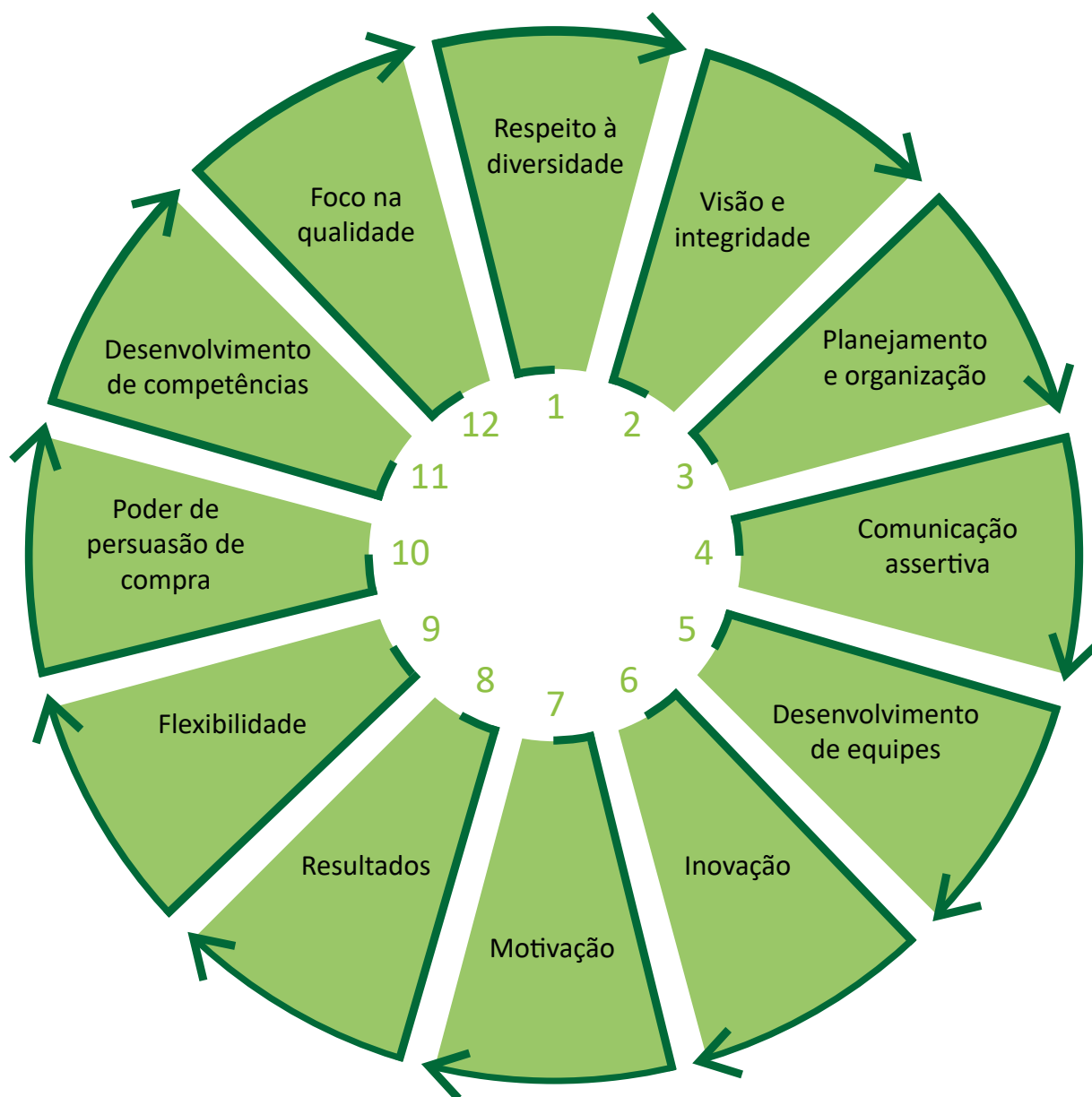
MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável por meio de projetos e ações de ordem pública ou privada, relacionadas ao bem-estar cultural, social e ambiental de interesse da sociedade brasileira.

VALORES

- Sustentabilidade
- Interlocução sociedade-cultura-meio ambiente
- Valoração ecossistêmica
- Inovação e tecnologia
- Participação comunitária
- Interdisciplinaridade
- Respeito à diversidade
- Flexibilidade

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS



O QUE FAZ?

O Instituto Avaliação atua tanto na elaboração quanto na gestão inteligente e execução de projetos socioambientais com foco na sustentabilidade.

ÁREAS DE ATUAÇÃO



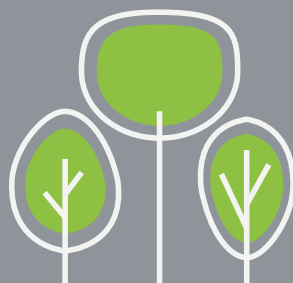
Políticas Socioambientais



Estudos e Pesquisas



Gestão de Projetos



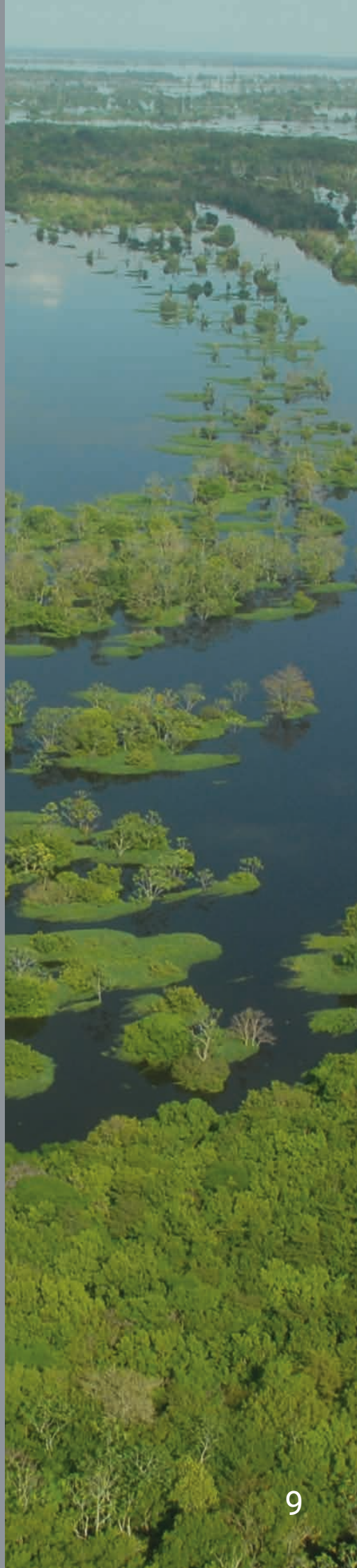
Avaliação Ecológica



Sistemas Inteligentes



Comunicação



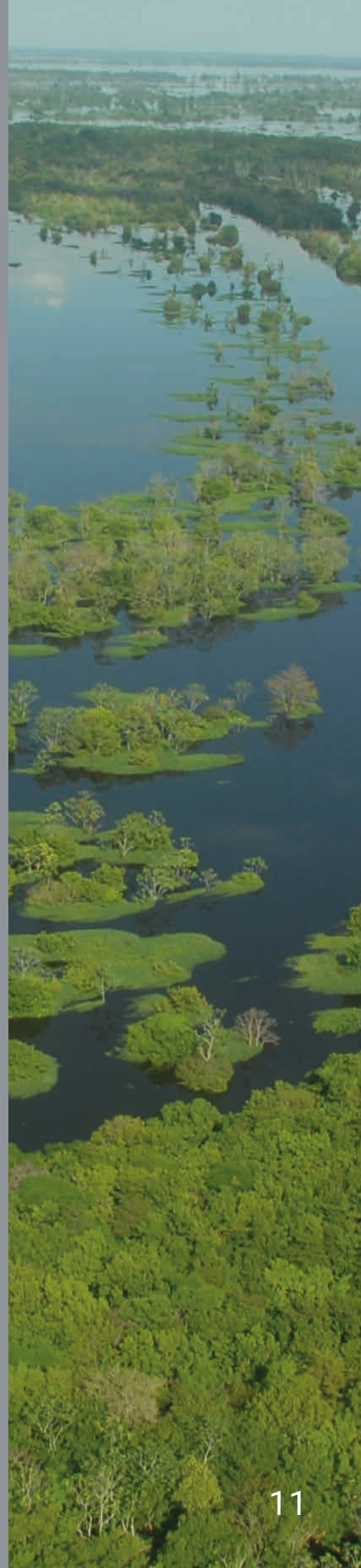


SERVIÇOS

- Avaliação de Impactos Ambientais (AIA)
- Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Avaliação Ambiental (EIA/RIMA)
- Licenciamento Ambiental de Empreendimentos
- Gestão de Projetos de Compensação Ambiental e Florestal
- Coordenação de Consultas Públicas e auditorias
- Elaboração e Execução de Planos de Manejo de Áreas Protegidas e Unidades de Conservação
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos
- Análise de qualidade dos recursos hídricos e solos
- Viabilidade técnica, ambiental, econômica e social de empreendimentos
- Inscrição e auxílio ao Cadastro Ambiental Rural
- Plano de Agricultura Sustentável (Agricultura de Baixo Carbono)
- Programas de Educação Ambiental
- Georreferenciamento de imagens e elaboração de mapas temáticos
- Mapeamento geológico e caracterização do meio físico
- Apoio à formulação, avaliação e implementação de políticas públicas socioambientais
- Valoração econômica dos recursos naturais
- Análise de Custo/Benefício de Projetos Ambientais
- Gestão e execução orçamentária de Projetos Ambientais
- Adequação de condomínios e setores habitacionais às normas de sustentabilidade
- Certificação de Sustentabilidade Predial
- Avaliação de Investimentos Ambientais

- Avaliação e Gestão de Impactos Sociais
- Análises Fundiárias, imobiliárias e territoriais
- Gestão de Conflitos
- Levantamento de Percepção Social da Biodiversidade
- Pesquisas de Campo (convencional e informatizada)
- Elaboração de Sistemas Inteligentes de Gestão Ambiental
- Avaliação e auxílio nas tomadas de decisão de gestores públicos
- Replicação de Tecnologias Sociais
- Aplicação de Sistemas de Informações Geográficas e Modelagem Espacial
- Elaboração de relatórios sobre etnobiologia e conhecimentos de povos tradicionais e indígenas
- Etnozoneamento
- Informatização de processos de gestão pública e privada
- Apoio a processos participativos
- Manejos Florestais, Ambientais e Agroecológicos
- Desenvolvimento de Plano de Negócios de Cadeias Sócio produtivas e Extrativismo
- Capacitações e cursos em temas ambientais, inclusive digitais
- Elaboraões de livros e publicações

Saiba mais em www.avaliacao.org.br.



CORPO TÉCNICO

O Instituto Avaliação conta com um corpo técnico de excelência, composto por pós-doutores, doutores, mestres e especialistas de diversas áreas do conhecimento, o que garante o desenvolvimento de projetos que respeitam a interdisciplinaridade.

Fazem parte do nosso corpo técnico:



Advogados



Cientistas Ambientais



Engenheiros Florestais



Agrônomos



Cientistas Sociais



Estatísticos



Analistas de Sistemas



Comunicólogos



Geógrafos



Antropólogos



Ecólogos



Geólogos



Arquitetos e Urbanistas



Economistas



Historiadores

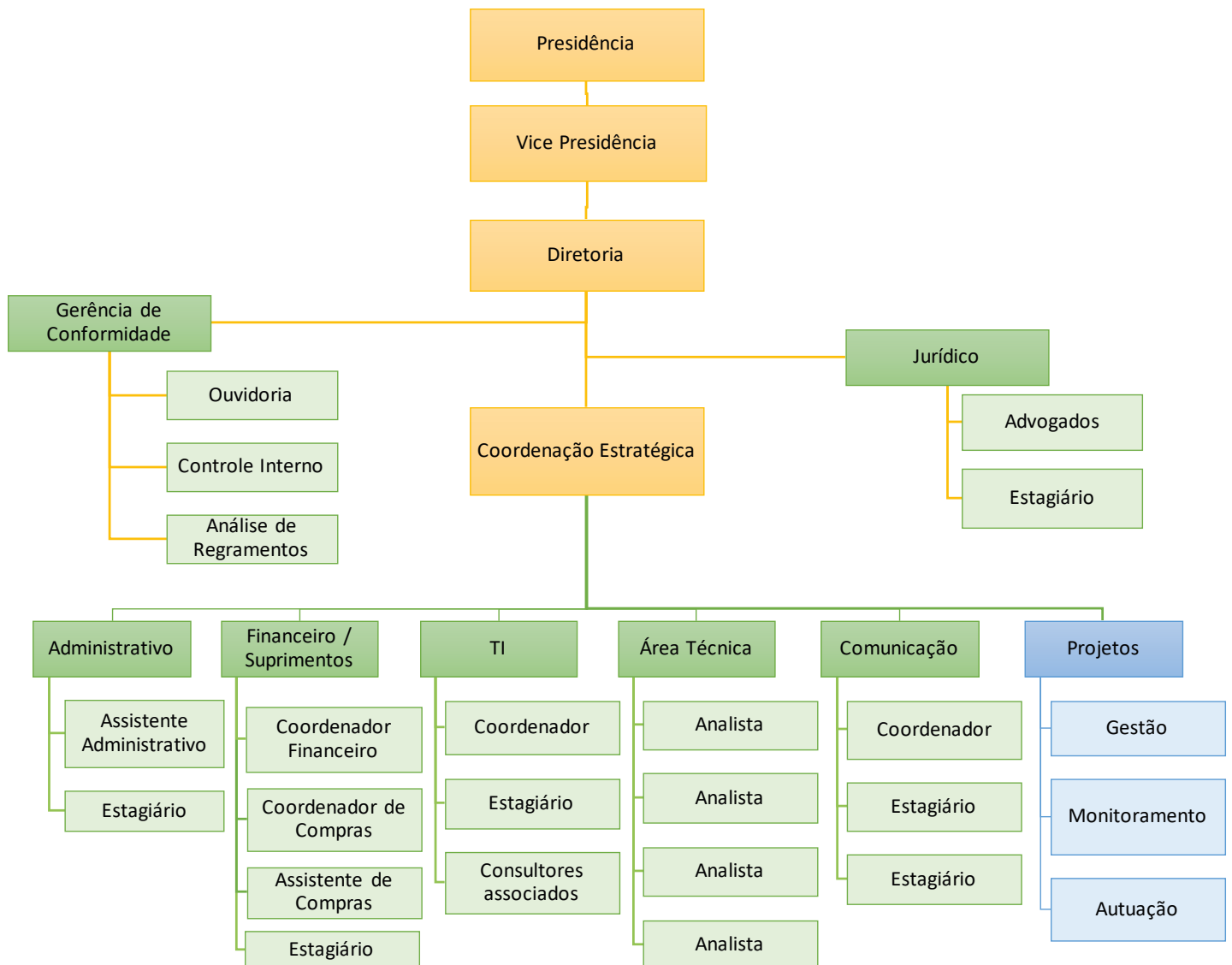


Biólogos



Engenheiros Cívicos

ORGANOGRAMA



ONDE ATUAMOS

O Instituto Avaliação tem realizado trabalhos especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, a capacidade de atendimento do IA abrange todo o território nacional, já que a rede de associados e equipe técnica contam com especialistas capazes de trabalhar pelo Brasil e no mundo.

Confira no mapa onde nossas equipes já atuaram:



O SISTEMA INTELIGENTE DE GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS

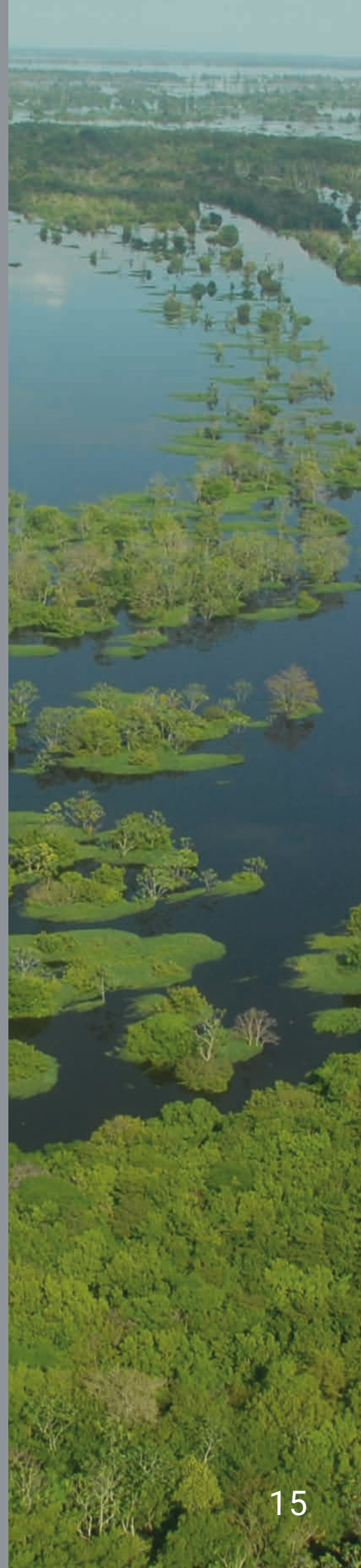
O Instituto Avaliação possui em seu corpo técnico profissionais altamente qualificados em tecnologia da informação, desenvolvedores de soluções digitais que oferecem ferramentas inovadoras de inclusão e informação a serviço da saúde dos projetos geridos pelo IA.

Para tanto, a equipe de especialistas do IA utiliza o que há de mais inovador como, por exemplo: “Chatbots” - ferramenta de atendimento ao usuário que permite a interação direta com o sistema digital de gestão, solucionando dúvidas e facilitando o acesso a informações sobre os projetos geridos pelo IA; “Google Big Query” - estrutura de inteligência e análise de dados composta por tecnologias para a criação e execução de modelos estatísticos e cruzamento de informações gerenciais entre os módulos do sistema de gestão e execução de projetos (SAF - Sistema Administrativo Financeiro) e dados públicos estratégicos; além de moderna infraestrutura tecnológica para o armazenamento seguro das bases de dados.

Todos estes métodos inovadores e tecnológicos de gestão inteligente, além de integrar gestores, prestadores de serviço, fornecedores e especialistas, facilitando as dinâmicas de trabalho, conferem mais agilidade, transparência e precisão ao acompanhamento, gestão, monitoramento e controle das ações relacionadas aos projetos de responsabilidade do Instituto.

Hoje, o Sistema Digital de Controle Administrativo, Executivo e Financeiro de Projetos do IA possui, portanto, soluções digitais que englobam todo o ciclo de vida de um projeto, como:

- Planejamento de processos e atividades
- Elaboração de orçamentos
- Aplicação orçamentária
- Gestão de recursos humanos, técnicos e administrativos
- Agendas corporativas
- Diagnóstico de demandas
- Avaliação de resultados





- Execução financeira com acompanhamento fiscal
- Monitoramento digital de ações, inclusive, em modo “off-line” para ações de campo em dispositivos móveis
- Gestão de processos
- Gestão de documentos
- Georreferenciamento
- Atendimento online dos diferentes públicos
- Gestão de compras
- Prestação de contas
- Módulos integrados de gestão (planejamento e administrativo)
- Ambiente seguro para gestão da base de dados e trâmites administrativos

Assim, o IA têm desempenhado desde o planejamento estratégico, o monitoramento de indicadores de desempenho, gestão de contratos, licitações, compras e inventário, e conformidade jurídica, até o acompanhamento e controle de todos os processos relacionados aos projetos, em tempo real e com excelência, transparência e eficácia,.

O resultado pode ser constatado a partir da melhora no desempenho de execução dos projetos, na diminuição significativa dos atrasos, riscos e prejuízos, como também na identificação precoce dos problemas, contribuindo para a tomada assertiva de decisões.

A utilização do Sistema Digital de Controle Administrativo, Executivo e Financeiro de Projetos do IA tem impactado diretamente na gestão dos projetos executados pelo IA.

Outro impacto relacionado ao uso da ferramenta é o aumento da aproximação do IA com as entidades executoras dos projetos, com a comunidade atingida e demais públicos envolvidos, como especialistas, associados e colaboradores.

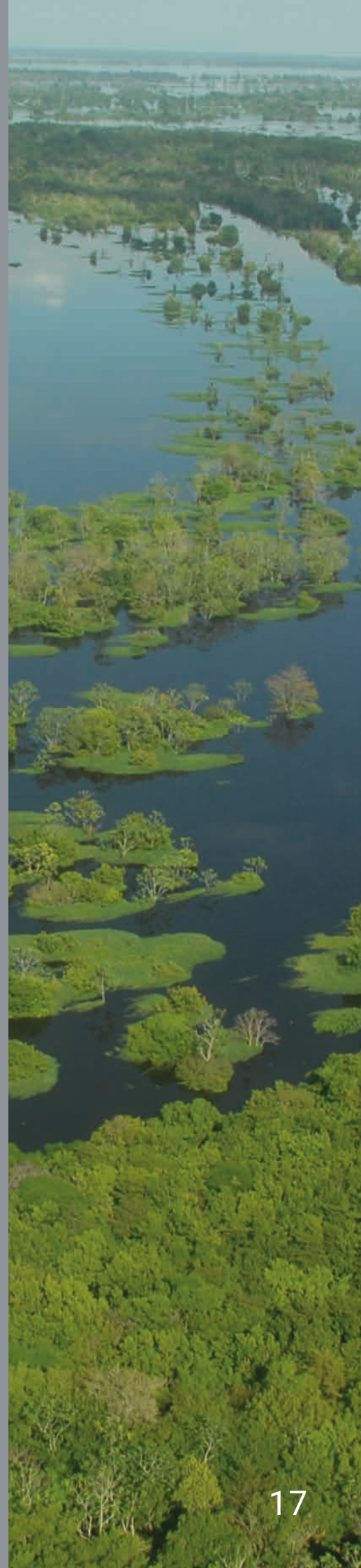
+ de **50.000**
arquivos
catalogados

+ de **49.000**
documentos
disponíveis para
consulta online

+ de **500**
usuários
utilizando
o Sistema
diariamente

+ de **12.000**
perfis
cadastrados

+ de **1.700**
acessos por
mês



TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

Como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o Instituto Avaliação incentiva o protagonismo da sociedade em seus projetos e iniciativas, prezando que o retorno dos resultados para a comunidade seja peça fundamental de cada projeto.

Essa visão norteia não apenas a temática e logística dos projetos desenvolvidos pelo Instituto, mas também traz a ideia de executar projetos voluntários, que não contam com retorno financeiro, mas que trazem benefícios claros, geram impactos sociais positivos para as comunidades envolvidas.

Nos últimos anos o Instituto Avaliação tem elaborado e desenvolvido diversos projetos não onerosos com parceiros no Distrito Federal e no restante do Brasil. Esses projetos geralmente contam com uma abrangência local e atuação pontual, com estudos e atividades centrais que incentivam a continuidade de ações após a atuação do Instituto Avaliação.

Algumas das parcerias e iniciativas voluntárias incluem:

- **Ministério Público do Estado do Pará:** Apoio em discussões técnicas e análises estratégicas a respeito da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém.
- **Central das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP):** Projeto de



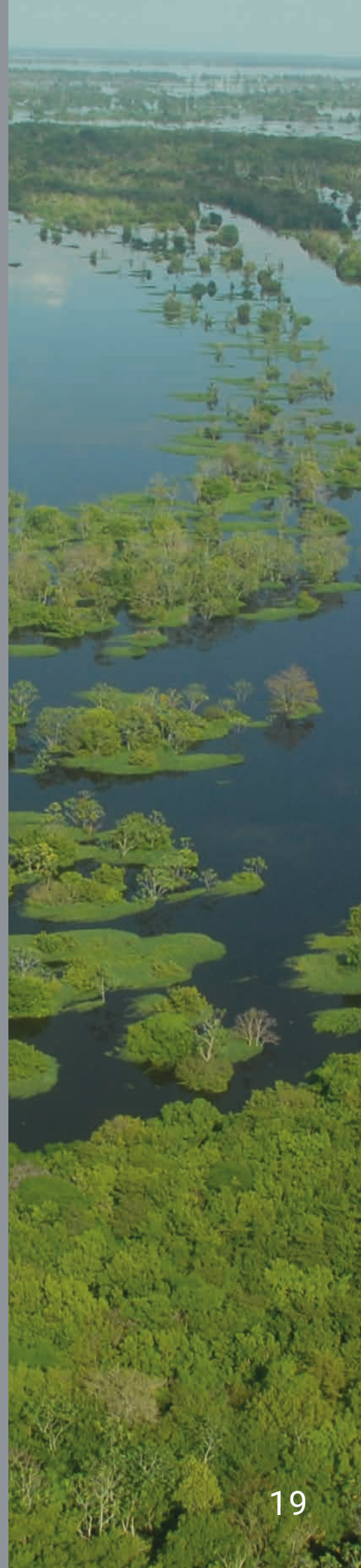
Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Piscina natural na Baía dos Porcos em Fernando de Noronha.

assessoria técnica especializada para aperfeiçoamento institucional da CENTCOOP, com vistas à inclusão socioprodutiva de catadores de materiais, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

- **Conselho Distrital de Fernando de Noronha:** Apoio a articulações interinstitucionais, produção de Laudos Técnicos, apoio jurídico, elaboração de projetos de paisagismo e de arquitetura para famílias carentes.
- **Ordem dos Advogados do Brasil/DF (OAB/DF):** Projeto Selo Verde de Sustentabilidade para Escritórios de Advocacia. Elaboração de certificação para promoção e incentivo da implantação de práticas de sustentabilidade dentro dos escritórios e ambientes de trabalho.
- **Execução de Curso de Geoprocessamento em Altamira/PA:** Curso de 48 horas voltado para a equipe interna do IA, membros da sociedade civil, representantes de órgãos públicos e membros do Comitê Gestor do PDRSX.
- **Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal:** Certificação de Sustentabilidade de Condomínios Horizontais no Distrito Federal, com objetivo de promover a sustentabilidade socioambiental no DF.
- **Secetaria de Educação do Distrito Federal:** Elaboração de projeto sustentável para a Escola Parque da Natureza de Braslândia com previsão para atender 2000 alunos.



Fonte: Alan Souza. Cardume de sardinhas em Fernando de Noronha.



NÚMEROS DO INSTITUTO AVALIAÇÃO

2016-2018

+ de
500

Mais de 500 usuários utilizando o Sistema de Gestão do IA diariamente para acompanhar e monitorar projetos.

Mais de 1.800 km de estradas vicinais recuperadas no Médio Xingu.

+ de
1.800

+ de
12 mil

Mais de 12 mil pessoas, empresas e fornecedores integrados.

Mais de 150 mil documentos catalogados e acessíveis.

+ de
150 mil

+ de
400 mil

Mais de 400 mil pessoas alcançadas social e economicamente.

Mais de R\$ 500.000.000,00 gerenciados na execução de mais de 300 projetos

+ de
500
milhões

2004 a 2014

Em 2004 o Instituto Avaliação inaugurou os trabalhos promovendo seu I Workshop de Avaliação e Marco Lógico da Organização. Seu objetivo foi nivelar os conhecimentos dos componentes do IA quanto a conceitos voltados para avaliação de projetos e programas sociais, e tratando de atividades e produtos a serem disponibilizados à sociedade brasileira. Logo em seguida realizou o curso “Matrizes de Programação e Planos de Avaliação de Programas e Projetos”.

A partir de então, sua equipe de técnicos especializados passou a desenvolver Manuais de Estrutura Básica de Projetos e elaborar projetos em parceria com outras entidades, como o projeto “Invisibilidade Pública”, com o grupo de voluntários da revista eletrônica de informação e ativismo “Fator Social”.

Dentre outros produtos apresentados pelos Instituto Avaliação em sua fase inicial estão diversas publicações sobre a necessidade de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público na sociedade brasileira; avaliações no ciclo de gestão pública; notas introdutórias em relação a avaliação de políticas, programas e projetos; dentre outras.



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Arara-canindé (*Ararauna*).

LINHA DO TEMPO

2015 e 2016

O Instituto Avaliação deu início ao trabalho de gestão do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) em cooperação com a Norte Energia S.A., responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e alocação de recursos para o desenvolvimento sustentável da região impactada pela construção da Usina.

Neste mesmo ano, países das Nações Unidas adotam uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, um acordo global sobre mudanças climáticas com o objetivo de promover ações globais para acabar com a pobreza e promover a prosperidade e o bem-estar para todos. Este acordo resultou nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que passaram também a ser utilizados como diretrizes do trabalho do Instituto Avaliação, tanto no âmbito do trabalho de gestão dos recursos alocados pela Norte Energia ao PDRSX, como também aos demais projetos do Instituto.

Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE E
CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



2015 e 2016

LINHA DO TEMPO

2017

O ano de 2017 foi marcado por, além da continuidade e aprimoramento dos trabalhos realizados no âmbito do PDRSX, pela atuação do Instituto Avaliação na gestão de Unidades de Conservação. Mais especificamente, no desenvolvimento de estudos e elaboração de Planos de Manejo, tendo elaborado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Paytuna, no Pará, o Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia e a Análise da Revisão do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha, além dos estudos primários e secundários e atividades participativas junto às comunidades locais e demais atores envolvidos.

O IA também participou neste ano da elaboração da Política Florestal do Amazonas e da Análise dos Marcos Regulatórios de Minamata, entre outros estudos, pesquisas e avaliações.



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Revisão do Plano de Manejo de Fernando de Noronha.

2018

Em 2018 foi destaque a atuação em trabalhos na área de territórios sustentáveis, especialmente os relacionados à arquitetura e urbanismo, como o projeto arquitetônico da Eco-Pousada Akanã, que busca soluções sustentáveis e tecnologias construtivas para conservação de Fernando de Noronha, o assessoramento técnico, institucional e jurídico para o Conselho Distrital de Noronha, certificação de condomínios sustentáveis, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal, o Projeto DF Sustentável com objetivo de dar visibilidade às ações cidadãos socioambientais e projetos sustentáveis em Brasília e Distrito Federal, e o Projeto Selo Verde, que tem como objetivo traçar a Normativa de Sustentabilidade para Escritórios da OAB no Distrito Federal.



#DFSustentável

com André Lima



Eco-Pousada
AKANÃ

Fonte: Divulgação DF Sustentável e Eco-Pousada Akanã.

Fonte: Guilherme Abdala - Jardim
Botânico de Brasília

2018

25

PROJETOS EM DESTAQUE

PROJETOS FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS

Entre as áreas de atuação do Instituto Avaliação, está a premissa de apoiar políticas de caráter ambiental que, integradas a outras políticas, contribuam para o aprimoramento dos processos de gestão vigentes. Este apoio tem sido aplicado em parcerias com organizações governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil, na elaboração de estudos de viabilidades, monitoramento e avaliação de propostas que contemplam olhares de âmbito social, econômico e tecnológico.

O IA tem agregado aos projetos geridos ações de participação social, como oficinas, consultas e audiências públicas, conferindo mais transparência e credibilidade, a partir do controle social das ações, e fomentando o diálogo constante entre os diversos agentes envolvidos.

PROJETO BIOFIN: AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE TRIBUTÁRIO E AMBIENTAL REFERENTES AO COMÉRCIO DE MADEIRA

Impacto social: Estímulo ao maior controle do desmatamento e comercialização ilegal de produtos florestais nativos; oferta ao produtor local métodos adequados à realidade local para a prestação de contas dos produtos extraídos da floresta; melhora no orçamento dos equipamentos públicos dos estados da Amazônia legal.

Impacto econômico: Aumento na arrecadação dos estados da Amazônia legal; ampliação do poder de comercialização da madeira na região; economia na verba destinada à fiscalização e auditoria dos processos tributários e ambientais locais.

Resumo do projeto: O Instituto Avaliação, em consultoria para o IBAMA e por meio de cooperação técnica internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou estudo legal, ambiental e tecnológico para avaliar e oferecer soluções para a harmonização e integração dos sistemas de controle ambiental e tributário do comércio de produtos florestais nativos na região da Amazônia Legal.

A avaliação foi necessária dada as lacunas e problemas identificados pelos órgãos ambientais e de fazenda



Fonte: Guilherme Abdala. Madeiras recém cortadas na Amazônia.

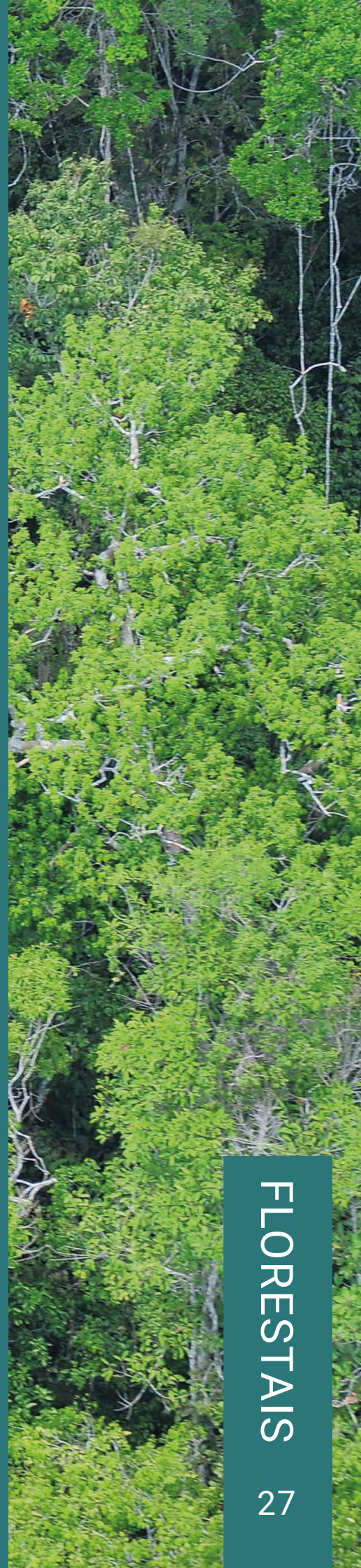
envolvidos com a utilização dos sistemas vigentes, assim como pelos produtores, transportadores, compradores e demais atores envolvidos nos processos de comercialização e controle fiscal dos produtos florestais nativos em âmbitos locais e federais.

O projeto reuniu três equipes do IA no desenvolvimento de soluções na área de economia política, tecnologia florestal e tecnologia da informação, compondo um corpo técnico capaz de lidar com questões políticas, legais, econômicas e tecnológicas.

No cerne dos resultados esperados neste trabalho estava a elaboração de soluções legais e técnicas, assim como a proposição de mecanismos de integração dos processos e do Documento de Origem Florestal (DOF) com a Nota Fiscal Eletrônica. O DOF faz parte do Sistema de Controle Florestal e a Nota Fiscal Eletrônica é o mecanismo utilizado para o controle tributário da comercialização de bens e serviços, incluindo produtos florestais nativos, especialmente produtos madeireiros.

Para tanto, foram avaliados os sistemas vigentes de controle tributário e florestal, as legislações pertinentes em âmbito federal e local e, identificadas as convergências, lacunas e conflitos para a integração dos dois métodos de controle, como também para a proposta de harmonização de dados entre Secretarias de Fazenda e de Meio Ambiente dos estados da Amazônia Legal, assim como produtores e compradores da madeira.

Outra análise realizada foi no âmbito da tecnologia adotada para o controle fiscal e ambiental da madeira, levando em conta todo o funcionamento do sistema que comprova a origem da madeira. Esta análise demonstrou problemas na forma declaratória de preenchimento das informações do DOF, sujeito a erros humanos frequentes, a falta de conexão



na região para a transmissão dos dados declarados na nota fiscal eletrônica e as consequências destes problemas como a grande quantidade de produtores em passivo ambiental na região, ou seja, que não declaravam a retirada legal da madeira.

O IA apresentou os resultados da avaliação a 35 representantes de órgãos federais e locais, ambientais e tributários, envolvidos nos processos de controle, tanto no âmbito fiscal quanto ambiental, da extração e comercialização de produtos florestais nativos, durante uma oficina em que os estados compartilharam experiências de uso do sistema DOF em cada realidade produtiva.

Algumas das indicações apresentadas pelo IA foram:

- Normatizar a obrigatoriedade do registro de cada transação produtiva por código de identificação digital, por meio de código de registro eletrônico desde a extração da madeira, no início da cadeia produtiva dos produtos madeireiros, permitindo uma maior capacidade de rastreamento e auditoria da produção madeireira local
- DOF em contingência, ou seja, possibilidade de emissão do DOF e Nota fiscal em modo off-line a fim de sanar a dificuldade de conexão
- Padronização das nomenclaturas das espécies, evitando a aplicação de nomenclaturas populares ao tipo/espécie da madeira extraída
- Permitir a integração de sistemas privados que aprimorem, com produtos e informações, os sistemas de controle fiscal e ambiental
- Estabelecer agendas de trabalho entre órgãos de fazenda e ambientais, já que as fraudes e não conformidades geram perda de arrecadação aos estados
- Compartilhamento e geração de banco de dados fiscal, assim como pauta fiscal da produção madeireira, no sentido de harmonizar em um banco de dados único com uma tabela de preços única para todos os estados da Amazônia legal
- Instrumentalizar as Secretarias de Fazenda e Meio Ambiente com tecnologia adequada a fim de evitar evasão fiscal e extração ilegal de madeira e de outros produtos florestais nativos
- Instalação de Webservice, plataforma de integração da Nota Fiscal Eletrônica com o DOF, incluindo potencial de integração, compartilhamento e atualização de dados,

como os preços de pautas e dados das Notas Fiscais Eletrônicas, em um único sistema eletrônico integrado

- Diminuição da burocracia, maior factibilidade de verificação, validação, rastreamento e auditoria dos dados fornecidos pelo produtor sobre o produto florestal
- Maior controle das espécies e diminuição das regionalidades e integração de soluções privadas o que deve conferir maior agilidade na resposta às demandas dos usuários



PROJETO POLÍTICA FLORESTAL DO AMAZONAS

Impacto social: Elaboração de política pública que atenderá as demandas e especificidades locais; proteção socioeconômica e ambiental das produções florestais nativas; participação social na construção de políticas públicas.

Impacto econômico: Elaboração de uma política de proteção que considera o potencial de crescimento econômico local; criação de mecanismos eficazes e transparentes de fiscalização, comercialização e tributação de produtos florestais nativos.

Resumo do projeto: O Brasil possui Lei Federal denominada popularmente de Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, no entanto, trata-se de uma Lei abrangente que não leva em consideração as especificidades de cada localidade, ficando a cargo dos estados elaborarem políticas locais que consideram as suas demandas e especificidades. Da Amazônia Legal, responsável por grande parte da produção de produtos florestais madeireiros e não madeireiros como castanhas, óleos medicinais e combustível, apenas o Amazonas não possui legislação específica. Coube ao Instituto Avaliação a elaboração de proposta de Política Florestal para o estado.

Para construir uma proposta eficiente e de acordo com as demandas e especificidades do estado do Amazonas, o IA realizou consultas públicas para identificar as demandas

específicas locais pelo estado, a partir da participação dos diversos setores da sociedade, governos, sociedade civil e empresas no debate acerca do tema.

A necessidade em elaborar a Política Florestal do Amazonas se demonstrou urgente dada a riqueza e biodiversidade da região. Outro fator foi o desejo de crescimento econômico, considerando que o Amazonas é exportador e produtor de castanhas, de madeira e suas matérias primas, e é responsável pela proteção de espécies de madeira nativa que precisam de processos rigorosos de autorização para extração e comercialização.

As consultas públicas foram realizadas para que fossem identificadas as demandas necessárias à elaboração de uma política que tivesse o DNA do estado. Foram levantadas demandas que deviam ser contempladas pela política relacionadas aos eixos programáticos de institucionalidade, produção florestal, indústria e comercialização, mecanismos de financiamento, incentivos econômicos e financeiros, mecanismos de aprovação de recursos florestais, restauração florestal, ensino e extensão, políticas associadas e transversais, informação e pesquisa, licenciamento e aspectos territoriais.

O IA realizou também análise da legislação dos estados pertencentes à Amazônia Legal que possuem legislação florestal específica para servir de referência à elaboração da política do Amazonas, considerando que estes estados possuem realidades similares em relação ao bioma, aos processos industriais e também de concorrência em relação às normas de preservação e comercialização de produtos nativos. A análise de comparação e referência legislativa levou em consideração também o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Esta base de análise foi consolidada em uma matriz com as políticas dos estados do AC, AP, PA, RR, RO TO e MT, tanto em relação às convergências quanto às lacunas.

Todas as informações foram cruzadas às demandas levantadas, resultando na elaboração das minutas de Política Florestal, Projeto de Lei, Decreto e estruturas administrativas locais necessárias à execução da política florestal do estado do Amazonas.



ESTUDOS E PESQUISAS

O Instituto Avaliação realiza estudos e pesquisas que, além de fundamentar as soluções apresentadas em cada demanda de gestão, estão ligados aos temas e questões relevantes quanto aos contextos ambientais destes projetos, buscando aplicar seu corpo técnico, administrativo e gerencial na elaboração de diagnósticos e projeções.

ANÁLISE DOS MARCOS REGULATÓRIOS DA CONVENÇÃO DE MINAMATA SOBRE MERCÚRIO,

A Convenção de Minamata é um tratado internacional que estabelece obrigações de controle de fontes e comércio de mercúrio. O Instrumento dispõe ainda sobre medidas para a redução das emissões e liberações de mercúrio ao meio ambiente, além de promover a cooperação internacional sobre o tema.

A análise do Marco Regulatório, realizada pelo Instituto Avaliação em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de considerar as adequações necessárias para a implementação da Convenção no Brasil, também observa a esfera jurídica sobre as decisões e normas nacionais, criando recomendações de adequações ao ordenamento jurídico.

Foram criadas 18 recomendações normativas e 34 recomendações administrativas, e não foram constatadas incompatibilidades legais graves.

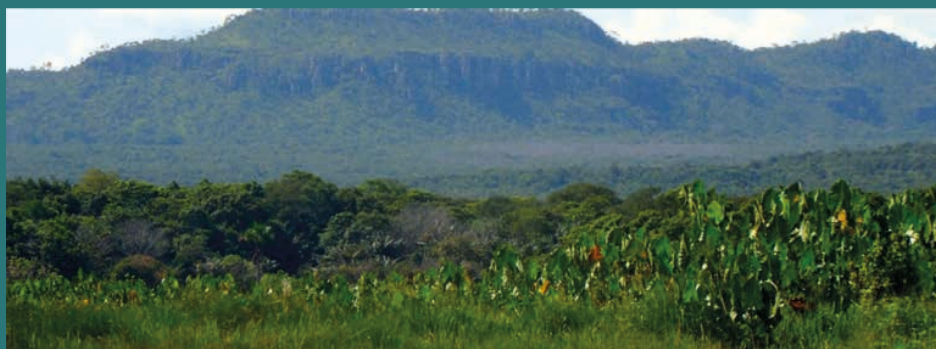


Fonte: Divulgação ONU Meio Ambiente.

GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Instituto Avaliação elabora, no âmbito de suas áreas de atuação, planos de gestão e de manejo de Unidades de Conservação (UC) de diversos tipos, com base em estudos socioambientais.

O IA mobiliza, para tanto, equipes de especialistas que realizam estudos acerca do uso destes territórios, levando em consideração características e informações fundamentais dos locais para a conservação ambiental, a garantia do uso sustentável dos recursos e desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis nas comunidades locais, materializadas em planos que tratam de regras especiais para a sustentabilidade das UCs.



Fonte: Divulgação Ideflor-bio. Área de Proteção Ambiental Paytuna.



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Estudo realizado no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.

Confira alguns projetos de destaque nesta esfera de atuação do IA:

ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PAYTUNA



Impacto Social: Envolvimento e participação comunitária na gestão da APA e na disseminação do uso sustentável dos recursos naturais; conservação ambiental; desenvolvimento social das comunidades.

Impacto Econômico: Conservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, humano e social das comunidades de moradores da região.

Resumo do Projeto: O Instituto Avaliação, em parceria com o IDEFLOR-Bio, elaborou o Plano de Gestão para a Área de Proteção Ambiental (APA) Paytuna. A APA é um tipo de Unidade de Conservação que permite o uso sustentável e ocupação humana, tendo como objetivo a conservação do meio ambiente em equilíbrio com o desenvolvimento econômico, humano e social das comunidades.

Além do Plano, foi criado um Resumo Executivo e uma Cartilha que possibilitaram um maior alcance do conteúdo criado, sendo usado inclusive para informar as comunidades locais sobre as regras da Unidade de Conservação.



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Estudo realizado na Área de Proteção Ambiental Paytuna.

A APA Paytuna foi criada em 2001 e este foi o seu primeiro Plano de Gestão. Paytuna está localizada no município de Monte Alegre/PA, em um ambiente com áreas de terra firme e áreas alagáveis de várzea, às margens do Rio Maicuru e do Lago Grande de Monte Alegre. A APA tem 58.252 hectares e abriga 25 comunidades e 569 espécies de vertebrados e 44 de insetos, das quais 27 estão ameaçadas de Extinção. Sua área envolve o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) e oito Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs).

Para a elaboração deste Plano de Gestão o IA levantou questões centrais para a Unidade de Conservação, como história, ocupação territorial, importância e zoneamento. Foram realizadas oficina de Planejamento Participativo com a comunidade, levantamento de dados secundários na literatura, análise integrada dos dados, estruturação e diagramação da cartilha e do resumo executivo para disseminação da informação na região.

O Plano de Gestão elaborado pelo IA prevê que sejam implementadas mais de 100 ações desenvolvidas no âmbito de oito programas de gestão a serem executados nos próximos 10 anos.



ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA



Impacto Social: Envolvimento e participação comunitária na gestão da REVIS e na disseminação do uso sustentável dos recursos naturais; conservação ambiental; desenvolvimento social das comunidades.

Impacto Econômico: Conservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, humano e social das comunidades de moradores da região.

Resumo do projeto: Assim como o trabalho realizado no Plano de Gestão da APA Paytuna, o Instituto Avaliação elaborou o Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Metrópole da Amazônia. REVIS é uma categoria de Unidade de Conservação de proteção integral, cujo objetivo é a “proteção dos ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (Art. 13 da Lei 9.985/2000).

O REVIS Metrópole da Amazônia é uma UC estadual com 6.367,27 hectares, localizado em um ambiente natural remanescente de Floresta Amazônica que abrange os municípios de Ananindeua (0.5%), Benevides (30.5%), Marituba (54,3%) e Santa Isabel do Pará (16,06%). O REVIS faz parte de um corredor ecológico formado pelo conjunto de áreas protegidas da região metropolitana de Belém, juntamente com outras Unidades de Conservação e Projetos de Assentamentos Extrativistas.

Dadas as especificidades, o Instituto Avaliação se dedicou a avaliar quesitos históricos da região, ocupação territorial, importância e zoneamento a partir de estudos e consultas às comunidades residentes desta UC, além de elaboração de resumo executivo a ser utilizado na disseminação da informação na região.

Os estudos realizados levaram em consideração o reconhecimento da missão específica do REVIS Metrópole da Amazônia de proteger a biodiversidade da Área de Endemismo de Belém, em especial a sua fauna. Outra peculiaridade é decorrente da sua disposição fundiária, já que em sua área é possível a permanência de propriedade privada, mesmo esta



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Levantamento de Fauna realizado no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia.

UC se enquadrando entre as Unidades de Proteção Integral, para as quais há ampla restrição de uso.

Há de se destacar, portanto, a responsabilidade do Instituto Avaliação na concepção deste Plano de Manejo, para além dos estudos de elaboração das regras de conservação e uso da UC, mas também para a disseminação da informação dos objetivos de conservação do REVIS em relação à convivência com as populações tradicionais no seu interior e nas suas proximidades, além da urbanização circunvizinha.



ESTUDO DE CAPACIDADE DE SUPORTE E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE FERNANDO DE NORONHA

Impacto Social: Melhoria da infraestrutura a partir de regras de uso e conservação do meio ambiente; participação social na elaboração de políticas de conservação; preservação dos recursos naturais para que não haja escassez.

Impacto Econômico: Sustentabilidade do crescimento econômico.

Resumo do projeto: O Instituto Avaliação, junto ao IBAMA e ICMBio, realizou um estudo de Capacidade de Suporte de Fernando de Noronha para subsidiar a implantação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Arquipélago de Fernando de Noronha.

Vale destacar que no processo de ocupação do arquipélago conceitos de preservação e conservação ambiental não eram dominantes. As formas de uso e ocupação do solo induziram à transformação da paisagem terrestre sem permitir o adensamento populacional na Ilha. Atualmente, esse último fator é determinante e associado à disputa por espaço físico e recursos naturais, desvendando-se a prevalência de ecossistemas terrestres transformados e secundários e a ocorrência continuada de processos de degradação de recursos naturais.

Dada a sua complexidade, foi feita a realização de revisões e complementações de informações que fundamentaram



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*).

a atualização do diagnóstico ambiental, contemplando as questões sociais, ambientais, econômicas e institucionais do arquipélago de Fernando de Noronha. Dessa forma, foi criado um diagnóstico multitemático para a determinação da capacidade de suporte, com a geração de indicadores de sustentabilidade e elaboração de mecanismos de aplicação do plano de manejo da APA.

O trabalho levou em conta também o fato de que Fernando de Noronha apresenta um histórico de gestões complexo, especialmente devido ao contexto socioambiental do arquipélago e aos desafios de implementação das proposições estipuladas no Plano de Manejo da APA.

Entre os resultados do projeto está a consolidação de uma agenda de trabalho no âmbito sócio-político-institucional do arquipélago, com mecanismos de aplicação da capacidade de suporte a partir da realização de processos participativos com segmentos diversos da comunidade do arquipélago.



PROJETOS EM DESTAQUE

GESTÃO DE RESÍDUOS

O Instituto Avaliação possui grande expertise na área de Gestão de Resíduos Sólidos, tendo na pessoa do atual Vice-Presidente, Jorge Artur de Oliveira, um de seus maiores especialistas. Com vasta experiência, atuou no âmbito do serviço público - como Subsecretário de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal e Chefe de Assessoria de Planejamento do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - participou na elaboração, implantação, execução, fiscalização e gerenciamento de diagnósticos de resíduos gerados, elaboração de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, remediação de áreas degradadas de aterro de resíduos sólidos, até planos de coleta seletiva e sensibilização e educação.

Mais recentemente, o Instituto Avaliação desenvolveu projetos em parceria com a Associação de Catadores do Distrito Federal para análises sobre a gestão de resíduos, elaboração de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos para condomínio e Gestão de Resíduos Sólidos na Ilha de Fernando de Noronha por meio do Projeto Noronha +20.

Os projetos desenvolvidos abrangem áreas por todo o Brasil, incluindo o Distrito Federal, Sudeste, Nordeste e em especial o Norte, onde um projeto de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos abrangeu municípios localizados em todos os estados abrangidos pela Amazônia (AC, RO, MT, AM, RR, PA, AP, MA, TO).



Fonte: Ana Paula Rabelo. Gestão de resíduos em Fernando de Noronha.

Confira alguns projetos de destaque nesta esfera de atuação do IA:

PROJETO CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO DISTRITO FEDERAL (CENTCOOP)

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Impacto Social: Inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais no processo de gestão de resíduos.

Impacto Ambiental: Aprimoramento do processo de coleta seletiva, reciclagem e destinação de resíduos.

Resumo do projeto: O Instituto Avaliação prestou assessoria técnica especializada para aperfeiçoamento institucional da CENTCOOP, com vistas à inclusão socioprodutiva de catadores de materiais, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O projeto incluiu a compilação e análise da base normativa relacionada a questões ambientais envolvidas no processo de gestão de resíduos sólidos, em âmbitos local, estadual e federal, e o reconhecimento da situação anterior do sistema de gestão de resíduos.

Com base nesse estudo, foi feita a análise e proposição de modelos para a gestão compartilhada do sistema de gestão de resíduos entre iniciativa privada, governo e organizações de



Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Condomínio Alto da Boa Vista, Distrito Federal.

catadores, incluindo as etapas da coleta seletiva, reciclagem e destinação final dos resíduos.



PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONDOMÍNIO ALTO DA BOA VISTA

Impacto Social: Inclusão social e geração de renda através da coleta seletiva, promoção da educação ambiental em diferentes faixas etárias e enriquecimento da qualidade ambiental para os moradores do condomínio.

Impacto Ambiental: Ampliação da qualidade ambiental da área, uso racional dos recursos hídricos e correta destinação dos resíduos sólidos gerados no condomínio.

Resumo do projeto: O objetivo central do projeto foi a implementação de Agenda Sustentável no Condomínio Alto da Boa Vista, em Sobradinho/DF, com enfoque em Resíduos Sólidos e Uso Racional da Água e com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e na Política Distrital de Resíduos Sólidos (Lei nº 5.418/14).

O projeto contou com três etapas: sensibilização da comunidade, implementação de novas técnicas e práticas, e monitoramento.

Para o Plano de Gestão trazer uma mudança estrutural efetiva na cultura do condomínio, o primeiro passo foi a promoção da educação ambiental dos moradores. Foram realizadas oficinas e rodas de conversa com crianças e adultos, buscando familiarizá-los com os temas de resíduos sólidos e uso racional da água. Essa comunicação foi essencial para o envolvimento dos moradores na etapa seguinte: a implementação.

A partir do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) criado, foram definidas as classificações de resíduos sólidos e suas origens e quais os procedimentos operacionais para o gerenciamento de cada um. A comunidade de moradores foi envolvida nessa etapa na criação de uma cultura de Coleta

Seletiva para o condomínio, colaborando também para o sucesso da etapa de monitoramento.



CONDOMÍNIOS SUSTENTÁVEIS - CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DE CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS NO DISTRITO FEDERAL

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Impacto Social: Melhoria na qualidade ambiental e qualidade de vida dos moradores, envolvimento da comunidade dos condomínios em temas de sustentabilidade e fortalecimento de vínculos entre moradores e com o espaço de moradia.

Impacto Ambiental: Promoção de práticas sustentáveis, melhoria na qualidade ambiental, promoção de moradias e espaços mais sustentáveis.

Resumo do projeto: O Projeto Condomínios Sustentáveis surgiu a partir de uma Portaria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (Portaria nº 83/2017). Seu objetivo foi a promoção da sustentabilidade socioambiental em condomínios no Distrito Federal, através da criação de um Certificado de Sustentabilidade de Condomínios Horizontais no Distrito Federal.

Para isso, diversas etapas aconteceram: seleção dos indicadores mais adequados ao propósito, consolidação da certificação e sistematização do processo e, por fim, normatização e regulamentação da certificação.

Para a certificação, foram avaliadas 9 dimensões da realidade do condomínio analisado: água, esgotamento sanitário, drenagem, cobertura e diversidade vegetal, resíduos, mobilidade, energia, risco (prevenção e atendimento à legislação), política ambiental e iniciativas relevantes do condomínio.



PROJETOS EM DESTAQUE

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

O Instituto Avaliação busca a promoção, a identificação e o mapeamento de ações socioambientais e projetos sustentáveis de referência em seus projetos de sustentabilidade dos territórios, assim como, em seus projetos de arquitetura e mobilidade, a utilização de soluções sustentáveis e tecnologias construtivas alinhadas com a preservação ambiental. Busca também conciliar em suas propostas o conforto e a estética dos projetos tornando-os mais atrativos e acessíveis a qualquer tipo de iniciativa.



Fonte: Acervo DF Sustentável. Condomínio Ouro Vermelho I (Jardim Botânico).

PROJETO HIDRELÉTRICA SANTO ANTÔNIO

Impacto Social: Desenvolvimento social pautado no uso sustentável de recursos naturais.

Impacto Econômico: Desenvolvimento econômico pautado no uso sustentável de recursos naturais.

Resumo do projeto: Neste trabalho o Instituto Avaliação realizou análise quanto aos aspectos legais e técnicos das Áreas de Proteção Permanente (APP) do rio Madeira na área de influência da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em Porto Velho, Rondônia. No âmbito das análises legais, avaliou ajustes e adequações à luz do antigo e do novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), bem como da Lei e do Decreto Regulamentador do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000, Decreto 4.340/2002).

Nos aspectos técnicos, foi feita uma análise detalhada dos impactos potenciais sobre as áreas protegidas pela elevação do nível da água do rio Madeira. Outra análise realizada pelo IA trata dos aspectos técnicos do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, coerentes à proposta de elevação do nível da água em 80 cm pela Usina.

Foi realizada ainda análise de viabilidade de expansão de áreas protegidas criadas para a formação de corredores ecológicos no estado de Rondônia a partir das APPs adquiridas pela gestora da hidrelétrica. Dessa maneira, seria criado uma conectividade e gestão integrada das áreas protegidas estaduais e federais do entorno do lago do reservatório da hidrelétrica Santo Antônio desafetadas com a mudança do novo Código Florestal.

A proposta, apresentada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam/RO), considerou a fase de ajustes e atualização do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno do Reservatório Artificial da Hidrelétrica. Foram elaborados mecanismo de gestão financeira capazes de alavancar e aportar recursos estratégicos necessários para conectar as Unidades de Conservação existentes no entorno da hidrelétrica por meio de um corredor de biodiversidade.





Fonte: Acervo Instituto Avaliação e colaboradores. Plantação próxima ao Jardim Botânico de Brasília.

DF SUSTENTÁVEL

Impacto Social: Promoção de transformações locais importantes no rumo da sustentabilidade que são referências a serem apoiados e replicados no DF e no Brasil.

Impacto Econômico: Desenvolvimento social e econômico pautado no uso sustentável de recursos naturais.

Resumo do projeto: O Projeto #DFSustentável é uma iniciativa do Instituto Avaliação que busca promover, apoiar, identificar, mapear e dar visibilidade às ações cidadãs socioambientais e projetos sustentáveis no Distrito Federal, desenvolvidos pelo IA ou por instituições e colaboradores parceiros.

São alguns dos resultados alcançados pelo IA com o Projeto:

- Uma série no YouTube - #DFSustentável - com 9 vídeos sobre iniciativas sustentáveis no Distrito Federal
- Aplicativo interativo “Mapa DF Sustentável”
- Apoio ao Programa “Descoberto Agroecológico Sustentável”
- Publicação comemorativa dos “30 anos da Constituição Federal e o Meio Ambiente”
- Certificação Socioambiental de Condomínios Horizontais no DF
- Criação de um mapa interativo “DF Sustentável”

Levantamento e formulação de ações e projetos necessários para manter a produtividade hídrica, a produção agroecológica, bem como a recuperação florestal e adoção de tecnologias produtivas sustentáveis na Bacia do Descoberto.

Acesse em: www.youtube.com/playlist?list=PLgkG0MN-WH5lhpRAGsFgfYA8JEDqp9gf1X.



Fonte: Vídeo “Condomínio Sustentável - É Possível?” do Projeto DF Sustentável. André Lima e Rose Marques, presidente do Movimento Comunitário do Jardim Botânico.



Fonte: Vídeo “Sítio Alegria há 34 anos planta água e saúde” do Projeto DF Sustentável. Produção do Sítio Alegria, próximo à Bacia do Descoberto.



SELO VERDE DE SUSTENTABILIDADE PARA ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Impacto Social: Promoção de melhoria nos ambientes de trabalho, conscientização para práticas mais sustentáveis.

Impacto Ambiental: Promoção de práticas sustentáveis, melhoria na qualidade ambiental, promoção de ambientes de trabalho sustentáveis.

Resumo do projeto: Em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil/DF (OAB/DF), o Instituto Avaliação elaborou um projeto de certificação - que recebeu o nome de Selo Verde - de Sustentabilidade para Escritórios de Advocacia do Distrito Federal. O objetivo do Selo é a promoção e incentivo a implantação de práticas de sustentabilidade dentro dos escritórios e ambientes de trabalho e, além de certificar quem já realiza boas práticas, o projeto oferece auxílio aos que não as possuem ainda.

O processo de identificação da pegada sustentável conta com um questionário que caracteriza os escritórios em 5 áreas principais: energia e iluminação, água, consumo e resíduos, transporte e mobilidade, e medidas institucionais. Ao responder o formulário, os escritórios devem responder pelo menos 70% de respostas afirmativas para serem considerados escritórios sustentáveis e adquirirem o Selo Verde de Sustentabilidade. Quem ainda não completou ao menos 70 %, são encorajados a promover ações de mudanças internas, a fim de se tornarem mais sustentáveis.



PROJETOS EM DESTAQUE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU (PDRSX)

O Instituto Avaliação, em cooperação com a Norte Energia S.A, empresa responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, realiza, desde 2015, a gestão de cerca de 500 milhões em recursos aplicados aos mais de 300 projetos executados por entidades da Sociedade Civil no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX).

Cabe ao Instituto realizar ações gerenciais da operacionalização do PDRSX atuando, entre outras atividades de gestão, no diagnóstico, planejamento, monitoramento, na geração de indicadores de sucesso e na elaboração e publicação de relatórios gerais bimestrais. Este trabalho confere transparência e acesso às informações relacionadas, não só à aplicação dos recursos, mas também ao acompanhamento das atividades implementadas, de forma concomitante, nos 12 municípios contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu.

Para gerir de forma concomitante e com eficiência, transparência e dinamismo todas as ações do PDRSX, o IA conta com o Sistema Digital de Controle Administrativo, Executivo e Financeiro de Projetos, que permite:

- Catalogação de documentos - mais de 40 mil documentos foram catalogados no âmbito do PDRSX, incluindo os anteriores à gestão do IA
- Registros acessíveis a qualquer tempo e local de atividades relacionadas aos projetos apoiados pelo PDRSX para gestores, associados, colaboradores, e outros públicos envolvidos
- Gestão e monitoramento, inclusive “off-line” a partir do uso de um aplicativo para dispositivos móveis que contribui para o registro das ações mesmo em localidades remotas e sem conexão com a internet, em mais de 2400 km entre Altamira, onde está localizado o escritório do IA, e os 12 municípios que compõem a região impactada e assistida pelo PDRSX



Fonte: Acervo PDRSX. Cachoeira do Satúário.

- Atendimento e interação online, incluindo com o uso de “Chatbots”, inteligência artificial, entre o Sistema, os atores envolvidos no PDRSX e a comunidade alcançada
- Georreferenciamento de ações e localidades alcançadas, acesso facilitado aos documentos, editais de concorrência e demais ações e processos relacionados à execução e gestão dos projetos apoiados pelo PDRSX

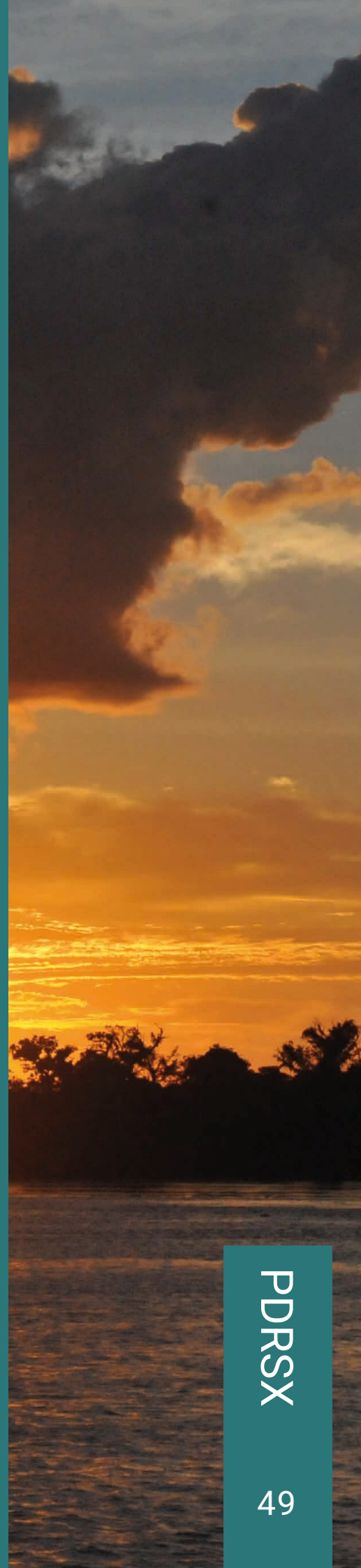
O Instituto Avaliação também realiza, no âmbito da gestão do Plano:

- Treinamentos e capacitações
- Estudos e avaliações de impacto e conservação ambientais, fundamentais ao trabalho de interlocução, tanto com o Comitê Gestor responsável pelo acompanhamento da implementação do plano e aplicação dos recursos, como também com as comunidades impactadas pela construção da Usina, entre elas: indígenas, ribeirinhos e pescadores

O QUE É O PDRSX?

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) foi elaborado por um Grupo de Trabalho Intergovernamental composto por órgãos e entidades, federais, estaduais (PA), municipais (PA) e da sociedade civil. O Plano foi institucionalizado por meio do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, geridos pelo Instituto Avaliação e financiado com os recursos alocados pela Norte Energia S.A, assim como com recursos dos governos federal e local, cuja gestão acontece no âmbito dos respectivos órgãos.

Com a finalidade de implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das mais de 400 mil pessoas impactadas pela construção da Usina, o alcance do Plano chega aos 12 municípios da região do médio Xingu, composto pelos municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo,





Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Felix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

COMO FUNCIONA?

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX) está estruturado em quatro eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social e Cidadania, compondo uma gama de medidas destinadas a atender as demandas de todos os segmentos da sociedade na região impactada pela construção da Usina de Belo Monte.

Um Comitê Gestor, criado pelo artigo 2º do Decreto nº 7.340 de 2010, é responsável por monitorar a execução e a efetividade do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), bem como por promover a sua revisão e atualização.

Esse colegiado promove também o diálogo e a articulação entre as esferas governamentais e da sociedade civil, possibilitando assim a escolha democrática de demandas e propostas para a implementação do Plano de forma harmônica e eficiente. Também cabe ao Comitê decidir sobre a aplicação dos recursos do Plano aprovando projetos, inscritos a partir de chamamentos públicos, que estejam de acordo com as necessidades de desenvolvimento regional verificadas, não só por órgãos governamentais e de controle, mas também pela sociedade civil organizada.

O Comitê Gestor é composto de forma paritária por representantes do Governo Federal, do Governo do Estado do Pará, da Sociedade Civil organizada e do Consórcio Belo Monte de Municípios, sendo a sua estrutura básica, conforme dispõe seu Regimento Interno e suas Resoluções, composta por uma Coordenação-Geral, pela Plenária e pelas oito Câmaras Técnicas:

- **Câmara Técnica 1 - Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental:** Contribuir com o desenvolvimento da região, proporcionando o ordenamento territorial
- **Câmara Técnica 2 - Infraestrutura para o desenvolvimento:** Infraestrutura da região do Xingu e cidades como habitação, saneamento e mobilidade urbana
- **Câmara Técnica 3 - Fomento às atividades produtivas sustentáveis:** Ajuda inicial ao empreendedor para seu desenvolvimento e sucesso, com foco nas atividades que consigam se estruturar e possam se tornar sustentáveis

- **Câmara Técnica 4 - Inclusão social e cidadania:** Facilitar a inclusão social, por meio do incentivo à cultura, esporte, capacitação técnica
- **Câmara Técnica 5 - Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no licenciamento ambiental do empreendimento Belo Monte:** Acompanhar o processo de cumprimento das condicionantes socioambientais apontadas no PBA da UHE Belo Monte
- **Câmara Técnica 6 - Povos indígenas e comunidades tradicionais:** Recepcionar as demandas dessa população representada pelos índios, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos
- **Câmara Técnica 7 - Saúde:** Aprimorar o SUS na região do Xingu; e
- **Câmara Técnica 8 - Educação:** Fortalecer a educação básica, técnica, tecnológica, profissionalizante e diferenciada

As Câmaras Técnicas também são compostas de forma paritária entre governos e sociedade civil, e tem a responsabilidade de subsidiar as decisões do Comitê, tanto em relação aos assuntos que compõem a sua pauta, quanto para propor a Plenária os projetos a serem apoiados. Por isso suas reuniões antecedem as do Comitê, que delibera sobre as matérias por elas propostas.

Saiba mais em pdrsxingu.org.br.



Fonte: Acervo PDRSX. Monitoramento de projetos.



PROJETOS EM DESTAQUE NO ÂMBITO DO PDRSX

PROJETO RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Câmara Técnica: CT 02 - Infraestrutura e Desenvolvimento

Impacto social: A recuperação das estradas vicinais tem contribuído para a melhoria do acesso da comunidade da região a serviços básicos de educação, saúde e lazer, e aos pequenos agricultores a insumos de produção a preços mais baixos.

Impacto econômico: A recuperação e conservação das estradas vicinais da região contribui diretamente para a melhoria do escoamento da produção agrícola; custo do transporte; qualidade do produto transportado; preço final dos produtos; aumento da taxa de empregos na localidade.

Resumo do projeto: As estradas vicinais localizadas nos 12 municípios que compõe a região do Médio Xingu, impactada por Belo Monte, possuem extrema importância econômica e social para a região. Elas são responsáveis pelo escoamento da produção agrícola, abastecimento das zonas urbanas e por levar insumos agrícolas necessários à produção das propriedades rurais, especialmente, os pequenos agricultores. Portanto, o estado de conservação das estradas influi diretamente no custo do transporte, na qualidade do produto transportado e no tempo de prateleira, o que impacta diretamente no seu preço final.

As condições destas estradas impactam também no acesso da população rural a serviços básicos como educação, saúde e lazer.

Este projeto foi uma demanda apresentada pelos prefeitos dos municípios da região e, após amplo debate no âmbito do PDRSX com os representantes da Câmara Técnica 2, a Plenária do Comitê Gestor deliberou a destinação de recursos para a recuperação de mais de 1800 km em estradas vicinais da Região, recursos geridos e monitorados pelo Instituto Avaliação.

A recuperação e conservação destas estradas está em andamento e têm contribuído diretamente para a melhoria do escoamento da produção agrícola, para o deslocamento

das comunidades, como também para a melhoria de vida e fixação das famílias no campo.



PROJETO ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MÉDIO XINGU

Câmara técnica: CT 07 - Saúde

Impacto social: Acesso a um serviço de saúde digno, ações preventivas em saúde, educação sanitária e ambiental, atendimento de saúde a povos indígenas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais.

Impacto Econômico: Geração de emprego e renda à comunidade, cidadãos aptos como força produtiva no mercado de trabalho.

Resumo do projeto: O Instituto Avaliação, após aprovação do Comitê Gestor do PDRSX, tem realizado a gestão e execução de projeto que visa o fortalecimento das redes de atenção à saúde a partir da estruturação (construção, equipamentos e mobiliários) de Unidades Básicas de Saúde (UBS) na região do médio Xingu.

O IA hoje é responsável pela contratação das empresas executoras das construções de novas unidades básicas de Saúde, como também pelo fornecimento de equipamentos às UBSs, novas e já existentes sempre por meio de processos de concorrência, justos e transparentes. O Instituto também acompanha e monitora a operacionalização da UBS para monitorar se os serviços estão sendo oferecidos à população conforme previsto no projeto.

O Sistema Único de Saúde, além de ser um Direito Constitucional, é uma política de inclusão social, pois gera emprego e renda à comunidade e garante um conjunto de dispositivos e cuidados que asseguram acesso à atenção preventiva e curativa à saúde da população, contribuindo ainda para que os cidadãos estejam aptos como força produtiva no mercado de trabalho.

O projeto busca suprir a necessidade de ações de atenção

primária em saúde para a população residente na região do médio Xingu, ser socialmente justo e ecologicamente correto, assegurar o direito à saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do fortalecimento da Rede de saúde da região Transamazônica / Xingu. Busca também que todos os espaços de produção das ações e serviços de saúde no SUS se constituam em campo de prática para ensino, pesquisa e incorporação tecnológica em saúde, em harmonia com o meio ambiente, desempenhando um importante papel na formação para usuários como para as equipes de saúde.



PROJETO ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E VALORIZAÇÃO CULTURAL DA RESERVA EXTRATIVISTA RIO IRIRI

Câmara técnica: CT 06 - Povos indígenas e comunidades tradicionais

Impacto social: Inclusão social de comunidades tradicionais; empoderamento de povos originários; valorização de aspectos culturais em comunidades tradicionais; melhoria nas condições de trabalho e renda desta população.

Impacto Econômico: Autonomia comunitária para comercialização de produtos exclusivos; ampliação e diversificação da capacidade produtiva local;

Resumo do projeto: O projeto tem como finalidade estimular a autonomia da organização social, empoderamento e valorização de aspectos culturais das comunidades tradicionais da RESEX Rio Iriri por meio da produção de móveis. A iniciativa desenvolve ações de fortalecimento de novas alternativas econômicas como as atividades de artesanato da Oficina Cabocla, promovendo melhores condições de trabalho e renda para os artesãos e seus familiares.

Estas ações de fortalecimento têm impactado no aprimoramento da produção, na qualidade das peças, na infraestrutura, no ambiente de armazenamento e na fabricação de novos produtos. O projeto promove ainda o acesso ao

desenvolvimento e a inclusão social destas populações tradicionais oferecendo alternativas socioeconômicas como alternativas à pesca, por exemplo, que foi a atividade mais impactada pela construção da Usina Belo Monte.

Desta forma, as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto estimulam o processo de apropriação de técnicas organizacionais, de valorização dos elementos culturais e do trabalho comunitário na busca da consolidação de direitos, bem como de melhores condições de trabalho e renda a estas populações.

Destaque para o trabalho do Instituto Avaliação no monitoramento da execução deste projeto, dada a dificuldade de acesso às localidades onde são executadas as ações, muitas vezes, com acesso apenas fluvial.



Fonte: Acervo PDRSX. Tracajás (*Podocnemis unifilis*).

QUEM SOMOS

GUILHERME ABDALA

Presidente



Doutor em Desenvolvimento Sustentável (2000), Mestre em Ecologia (1993) e Engenheiro Agrônomo (1989) pela Universidade de Brasília, atualmente é Coordenador Geral do Projeto PDRSX. No poder público, foi Diretor de Proteção Ambiental e Coordenador Geral de Zoneamento e Monitoramento Ambiental do IBAMA, nos anos de 2003 e 2004, e Secretário Executivo da Cooperativa Ecooideia entre 2000 e 2012. Coordenou Projetos de grande envergadura, como o Projeto Noronha +20, Estudo de Capacidade de Suporte de Fernando de Noronha, Estudo de Perdas e Danos do Juruti Velho, entre outros.

JORGE ARTUR DE OLIVEIRA

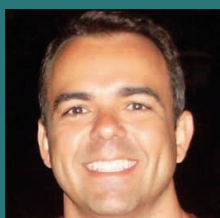
Vice-Presidente



Com larga experiência administrativa, atuou como Presidente da Associação de Agricultura Ecológica nos anos de 1989 até 1993. Foi Diretor de Planejamento do Serviço de Limpeza Urbana do DF nos anos de 1995 a 1998, e assumiu a Presidência da Cooperativa Ecooideia entre os anos de 2003 a 2014. Engenheiro Agrônomo, com Pós-graduação em Ecoturismo pela Universidade de Brasília, foi Subsecretário de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA DF) - entre 2015 e 2017 - e coordenou Projetos de grande porte, como Diagnóstico Socio-econômico e Logístico da CENTCOOP no DF e o Plano de Gestão Ambiental Estratégica dos Resíduos Sólidos da Ilha Grande.

ALEXANDRE BRASIL

Diretor Executivo



Mestre em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (2002), possui Doutorado em andamento em Economia e Política de Recursos Naturais pela Universidade do Estado de Michigan. No IA, atuou como Coordenador Geral do Projeto

BIOFIN: Plano de Negócio Referente à Produção Sustentável de Carvão Vegetal e do Diagnóstico do Setor Florestal do Estado do Amazonas, entre outros.

SARA POLETTTO

Coordenadora de Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas

Diretora Executiva Substituta



Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2003), com especializações em Coaching e Gestão de Pessoas. Experiência em gestão de projetos a nível nacional, elaboração e aplicação de metodologias participativas, e projetos com jovens e mulheres. Foi Coordenadora de Planejamento Estratégico e Metodologia do Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica, na UNESCO, Coordenadora de Metodologia da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (Resíduos Sólidos) e da 1ª Conferência Nacional de Controle Social, da CGU.

SANDRA XAVIER

Gerente Institucional Regional - Região Norte



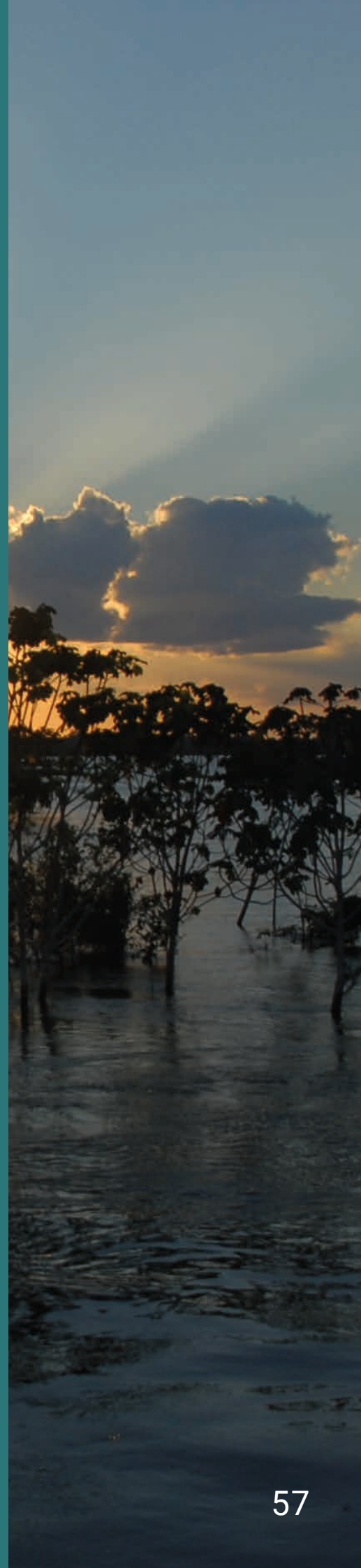
Pós-graduada em Gestão e Metodologia do Ensino da Educação Ambiental e Língua Portuguesa, possui graduação em Ciências da Educação e doutorado em andamento em Políticas Públicas. No IA, atua como Gerente do PDRSX e é Coordenadora de Implantação dos Planos de Gestão Ambiental da UHE Belo Monte. Atualmente é representante Institucional do Instituto Avaliação na região Norte do País, estando à frente do escritório de Altamira/PA.

KATIA DEMEDA

Consultora Associada Executiva



Mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, pela Universidade Federal do Pará, graduada em Ciências Sociais e Doutoranda em Ciências Ambientais, pela Universidade Federal do Oeste do Pará. Atuou como Coordenadora Geral da Elaboração do Plano de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia



e da Elaboração do Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental Paytuna. Elaborou o livro de resultados do Estudo de Perdas e Danos de Juruti Velho e faz parte do corpo de Associados executivos do IA.

MARIA LUISA NUNES

Consultora Associada Executiva



Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (2012), especialista em Prestação Jurisdicional pelo Instituto dos Magistrados do Distrito Federal (2011) e graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2009). É sócia-fundadora de escritório de advocacia que opera nas áreas cível, empresarial, compliance e direito público e faz parte do corpo de Associados executivos do IA.

SEBASTIÃO AZEVEDO

Consultor Associado Honorário



Advogado com interesse nas áreas de direito ambiental e direito agrário, tem experiência de mais de 30 anos como Procurador Geral na Procuradoria Geral da União e um período como Procurador Geral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Também tem mais de 12 anos de experiência trabalhando no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), incluindo período como Presidente. Tem interesse nas áreas de direito ambiental e direito agrário.

GABRIELA MENDES DIAS

Consultora Associada



Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, desenvolve e coordena projetos de bioarquitetura, engenharia e paisagismo, a partir de concepções sustentáveis e educação ambiental. Também é educadora do curso Educação Gaia: Design em Sustentabilidade.

THEREZA MARTHA PRESOTTI

Consultora Associada



Doutora em História Social (2008), mestre em História (1996) e graduada em História (1983) pela Universidade de Brasília. Foi Coordenadora do Projeto Exposição Itinerante do Patrimônio Imaterial de Mato Grosso e Presidente da Associação Nacional de História Seção Mato Grosso.

CONSULTORES ASSOCIADOS

Alice Watson Queiroz

Leonard Grala

Ana Paula Rabelo

Luiz Roberto Passamani

Caio Dias

Marcelo Marquesini Pereira da Silva

Carla Gualdani Dias

Marcello Rangel

Carlos Antônio Bezerra Salgado

Márcia Pimenta dos Santos

Carlos Ovídio Duarte Rocha

Marcônio Paiva da Silva

Célio Muniz de Lima

Maria Aparecida Maistro

Cristiane Oliveira de Moura

Maria Beatriz Garcia

Flávio Henrique Freitas e Silva

Paulo Cezar Mendes Ramos

Frederico Zapelini

Romero Ximenes Ponte

Giuliana de Freitas

Saulo Pastor

Johannes Wille

Sidney Fortunato da Silva Junior

José Aparecido de Jesus

Silvio Ricardo da Câmara Canto Botelho

José Aroudo Mota

Valéria Barroso da Silveira

José Cláudio Bandeira

Valéria de Fátima Gomes Pereira

José Eloi Guimarães Campos

Victor dos Anjos Leão

Josué Geraldo da Silva



INSTITUTO AVALIAÇÃO



Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais
www.avaliacao.org.br

Instituto de Avaliação, Pesquisa, Programas e Projetos Socioambientais



+55 (61) 3034-5648

www.avaliacao.org.br

CLN 303 Bloco C Sala 216, Asa Norte, Brasília, Brasil